Revista Extensão & Cidadania ISSN 2319-0566 UESB PROEX Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

"*SOU FEITA DE RETALHOS E COSTURO SONHOS*": MULHERES POTIGUARES COSTURANDO A REDE SOLIDÁRIA DE CONFECÇÕES

"I AM MADE OF SCRAPS AND I SEW DREAMS": WOMEN FROM RIO GRANDE DO NORTE SEWING THE SOLIDARITY NETWORK OF CLOTHING MANUFACTURING

"ESTOY HECHA DE RETAZOS Y COSO SUEÑOS": MUJERES DE RIO GRANDE DO NORTE COSIENDO LA RED SOLIDARISTA DE FABRICACIÓN DE ROPA

Ilena Felipe Barros[1]

Fernanda Soares Alves[2]

Glaucia Lavinea Oliveira Xavier[3]

Gloria Maria da Silva Gomes[4]

Roberto Marinho Alves da Silva[5]

Resumo: O artigo contém análise do processo de constituição da Rede Solidária de Confecções, destacando as contribuições da extensão popular incrementada pela Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizada em parceria com outras instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e do poder público estadual. A constituição da Rede tem sido uma estratégia organizativa para viabilizar o acesso de mulheres costureiras ao Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária no Rio Grande do Norte, que tem a previsão de aquisição de produtos e serviços têxtil e de confecção para atender as demandas de órgãos públicos estaduais. Com essa intenção as ações de extensão vêm sendo orientadas pelos princípios da educação popular e

[1]Assistente Social. Doutora em Serviço Social, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Vice Coordenadora da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários (INICIES/UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4357-2618 E-mail: ilena.felipe@ufrn.br

[2] Assistente Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Agente do Programa Paul Singer de Economia Solidária, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-1911-6428 E-mail: fernandaalvvesedu@gmail.com

[3] Graduanda em Serviço Social e bolsista de Extensão na Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (INICIES/UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0008-5501-2101 E-mail: glaucialavinea5432@gmail.com

[4] Assistente Social. Colaboradora da na Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (INICIES/UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0000-5922-0719 E-mail: Gloria.maria.706@ufrn.edu.br

[5] Filósofo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Brasília (UNB). Professor Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Coordenador da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (INICIES/UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0532-9377 E-mail: rmas2007@gmail.com

pela abordagem da pesquisa-ação, combinando o processo investigativo, a partir de diagnóstico participativo, com a mobilização ativa das mulheres para que assumam a condução do processo de potencialização de suas capacidades organizativas e produtivas. A sistematização realizada pela equipe da Incubadora, confirma que, apesar das carências e das barreiras estruturais que limitam o acesso aos ativos necessários para incremento das atividades produtivas e de comercialização dos produtos, a articulação em rede potencializa as capacidades organizativas e as habilidades laborais das mulheres costureiras que juntas assumem o desafio de "juntar retalhos para costurar seus sonhos" de vida e de trabalho com dignidade.

Palavras-chave: mulheres costureiras; rede de cooperação; economia solidária.

Abstract: *This article contains a description and analysis of the process of establishing the Solidarity Network of Clothing Manufacturers, as a popular extension activity enhanced by the Incubator of Solidarity Initiatives and Enterprises of the Federal University of Rio Grande do Norte, carried out in partnership with educational and research institutions, civil society organizations, and the state government. The establishment of the Network has been an organizational strategy to enable women seamstresses to access the State Program for Government Purchases from the Solidarity Economy in Rio Grande do Norte, which provides for the acquisition of textile and clothing products and services to meet the demands of state public institutions. With this intention, the extension activities have been guided by the principles of popular education and the Action Research approach, combining the investigative process, based on participatory diagnosis, with the active mobilization of women so that they take the lead in the process of facing challenges to enhance their organizational and productive capacities. The systematization carried out by the Incubator team confirms that, despite the deficiencies and structural barriers that limit access to the assets necessary to increase productive activities and the marketing of products, networking enhances the organizational capacities and labor skills of the women seamstresses who together take on the challenge of "putting together scraps to sew their dreams" of life and work with dignity.*

Keywords*: women seamstresses; cooperation networ; solidarity economy.*

Resumen: *Este artículo analiza el proceso de creación de la Red Solidaria de Fabricantes de Ropa, destacando las contribuciones del trabajo de base impulsado por la Incubadora de Iniciativas y Empresas Solidarias de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte, llevado a cabo en colaboración con otras instituciones educativas y de investigación, organizaciones de la sociedad civil y organismos gubernamentales estatales. La creación de la Red ha sido una estrategia organizativa para permitir que las costureras accedan al Programa Estatal de Compras Gubernamentales de la Economía Solidaria en Rio Grande do Norte, que prevé la adquisición de productos y servicios textiles y de confección para satisfacer las demandas de los organismos públicos del estado. Con esta intención, las actividades de extensión se han*

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

guiado por los principios de la educación popular y el enfoque de la investigación-acción, combinando el proceso de investigación, basado en el diagnóstico participativo, con la movilización activa de las mujeres para que tomen la iniciativa en el proceso de mejora de sus capacidades organizativas y productivas. La sistematización llevada a cabo por el equipo de la Incubadora confirma que, a pesar de las deficiencias y las barreras estructurales que limitan el acceso a los recursos necesarios para incrementar las actividades productivas y la comercialización de los productos, la creación de redes mejora las capacidades organizativas y las habilidades laborales de las costureras que, juntas, asumen el reto de "unir retazos para coser sus sueños" de una vida y un trabajo dignos.

***Palabras clave**: costureras; red de cooperación; economía solidaria.*

Introdução

O acesso ao chamado mercado institucional sempre foi privilégio de corporações empresariais que possuem certos níveis de ativos de capital acumulados para investimentos em processos de produção ou prestação de serviços que são adquiridos pelos entes governamentais nas esferas municipal, estadual e federal. Estima-se que esse mercado movimenta centenas de bilhões de reais, representando nada menos que cerca de 18% do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil (Dagnino, 2025).

Buscando reduzir esses privilégios e democratizar o acesso às compras públicas, a agricultura familiar saiu na frente e conquistou, no século XXI, condições de tratamento diferenciado em dois importantes programas de fornecimento alimentar: no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nessa esteira, diversas unidades da Federação também criaram leis e programas estaduais ampliando esse mercado institucional para o segmento. Malgrado os desafios e limites impostos, a agricultura familiar vem ocupando esses espaços fornecendo alimentos saudáveis que contribuem para a segurança e a soberania alimentar e nutricional, estabelecendo um contraponto ao modelo do agronegócio concentrador da terra e da renda e destruidor do meio

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

ambiente. Os programas de compras governamentais contribuem para melhorar as condições de vida no campo, fortalecendo as capacidades de resistência e valorizando o enorme potencial produtivo do modelo agrícola familiar, conforme demonstram Sambuichi e Silva (2023).

A partir dessa percepção, outros segmentos da economia solidária passaram a incrementar processos organizativos produtivos solidários, reivindicando o tratamento adequado nas compras governamentais, a exemplo de catadores e catadoras de materiais recicláveis que conquistaram menções explícitas de que deveriam ter suas associações e cooperativas contratadas em serviços de coleta seletiva, logística reversa e reciclagem, conforme previsto na Lei n.º 12.305/2010 (Brasil, 2010) da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nesse contexto, o Estado do Rio Grande do Norte criou mecanismos institucionais para fortalecimento da economia popular solidária, tendo uma Lei Estadual, um Conselho Estadual, um Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária, voltado ao fornecimento de alimentos; e, mais recente, a Lei nº. 11.363, de 17 de janeiro de 2023 (Rio Grande do Norte, 2023) que instituiu o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária (PECES), estabelecendo que, no mínimo, 30% (trinta por cento) da aquisição de produtos e contratação de serviços do setor têxtil e de confecção para atender às demandas dos órgãos públicos estaduais, deverá ser correspondente a produtos ou serviços oriundos de empreendimentos da economia solidária.

Com essa motivação, no mesmo ano de 2023, foi impulsionado um processo de organização de uma rede constituída por grupos informais, associações e cooperativas de mulheres costureiras que pretendiam acessar o PECES. Esse processo, no entanto, havia iniciado pelo menos três anos antes, durante a Pandemia da COVID-19, com a mobilização de parte daquelas organizações para a confecção de máscaras de tecidos, visando atender à demanda de proteção da população contra a disseminação do vírus, em um esforço do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Aquela iniciativa motivou a institucionalização das compras governamentais com a criação do PECES. Colocava-se, então, o desafio e a oportunidade de

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

ampliação da ação estatal no fortalecimento de setores produtivos ou segmentos econômicos mais fragilizados, considerando que, para acesso aos benefícios institucionais previstos na legislação, seria necessário um esforço de aprimoramento organizativo que viabilizasse as iniciativas produtivas atendendo demandas em escala, com qualidade e preços justos que remunerem adequadamente o trabalho das mulheres.

A Rede Solidária de Confecções (RSC) vem se constituindo enquanto uma estratégia organizativa no solo potiguar, promovendo o enredamento de empreendimentos, rompendo com o isolamento e a atomização, ampliando as capacidades de incidência política e potencializando suas capacidades produtivas. Uma rede de cooperação solidária expressa exatamente isso: um sistema organizativo sinérgico que articula diversas iniciativas para intercâmbios mútuos de conhecimentos, de trabalho, de estruturas produtivas, de materiais etc., que possuem um sistema de organização e relacionamento horizontal entre os seus integrantes, permitindo a consecução de objetivos mútuos, conforme Mance (2002).

Essa intenção de contribuir na constituição da RSC mobilizou, a partir de 2023, a Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (INICIES/UFRN), junto a um conjunto de organizações parceiras da Rede: a Cáritas Diocesana de Caicó, o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEEPS), a Subcoordenadoria de Economia Solidária da Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS/RN), a Incubadora de Tecnologias Sociais Engenheiros sem Fronteiras (ESF), a Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal do RN (IFSOL/IFRN) e a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, entre outras.

No caso da INICIES/UFRN, criada em 2012, já vinha acumulando aprendizados e habilidades no fomento e fortalecimento de iniciativas de economia popular solidária, enquanto estratégias de promoção do trabalho associado, de disseminação das práticas e valores da cooperação e da autogestão emancipatória, com respeito e valorização da sociobiodiversidade cultural e territorial. Por isso, optou-se pela abordagem da pesquisa-ação, de modo que o

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

processo teve impulso inicial com a realização de um diagnóstico participativo da RSC, a partir do qual foram planejadas metas e ações, orientando a elaboração de propostas para captação de recursos. Com o apoio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, da Família e do Combate à Fome, por meio de Termo de Execução Descentralizada celebrado com a UFRN, tem sido possível o desenvolvimento de ações de mobilização territorial e estadual para incidência política, de qualificação social e profissional e de assessoria técnica e suporte aos processos organizativos e produtivos.

Atualmente, a Rede Solidária de Confecções articula 42 iniciativas de economia popular solidária, localizadas em 10 territórios potiguares – Trairi, Seridó, Mato Grande, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Assú/Mossoró, Alto Oeste, Agreste e Litoral Sul, Potengi e Região Metropolitana de Natal – onde participam centenas de mulheres costureiras e artesãs que fabricam uma grande variedade de produtos, embora enfrentem vários constrangimentos e carências historicamente acumuladas.

Com o objetivo de apreender como essas mulheres trabalhadoras assumem os processos organizativos da RSC e de incidência política para acessar o PECES, buscou-se sistematizar e analisar os processos e os resultados alcançados até o presente, destacando os aprendizados de uma ação de extensão universitária de caráter popular que buscou contribuir, efetivamente, para o protagonismo de mulheres costureiras, historicamente exploradas e marginalizadas.

A partir da abordagem qualitativa da pesquisa-ação, a sistematização envolveu estudos nos registros documentais de processos educativos, com destaque para a construção participativa de diagnóstico e de planejamento a partir da identificação e da análise de potencialidades, fragilidades e demandas da RSC. Da mesma forma, os relatórios de encontros territoriais, seminários estaduais e reuniões internas do Núcleo Mobilizador da RSC, permitiram apreender a dinâmica organizativa interna, de conquista de parcerias e de incidência política. A revisão bibliográfica deu suporte teórico à análise, tendo por referência o materialismo histórico e dialético, apreendendo determinações que perpassam o objeto de

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

estudo, através das suas contradições e transformações, buscando capturar a sua estrutura e dinâmica profunda (Netto, 2011).

Fruto desse processo de reflexão e sistematização, o presente artigo está organizado em quatro partes, sendo esta introdução, a primeira. Na sequência, faz-se uma caracterização da RSC, destacando sua trajetória e características identificadas a partir do diagnóstico participativo da Rede. Destaca-se a condição feminina predominante nesse processo, identificando os constrangimentos que limitam a atuação nos espaços organizativos e os desejos emancipatórios de superação das opressões patriarcais de gênero. A terceira parte analisa a constituição de uma rede de cooperação enquanto sujeito político coletivo, destacando as potencialidades e os desafios de organização da RSC, sob a ótica do protagonismo das mulheres. Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos aprendizados do estudo realizado, com indicações de estratégias para a continuidade das ações e de futuras análises.

Tecendo uma rede de cooperação: fios e tramas

A recente constituição da Rede Solidária de Confecções expressa uma importante iniciativa de fomento à economia solidária no Rio Grande do Norte. Sua gênese situa-se no ano de 2020, sob o impacto da crise sanitária COVID-19, que evidenciou iniquidades em saúde e acentuou o cenário das desigualdades sociais no Brasil e no mundo. Um reflexo crítico desse período foi a insuficiência de insumos de proteção, especialmente às máscaras, um utensílio essencial de proteção recomendado pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Diante dessa realidade, a Subcoordenadoria de Economia Solidária da SETHAS articulou iniciativas de economia popular solidária formados por mulheres costureiras e artesãs para confeccionar máscaras de tecido, a fim de suprir as necessidades de segurança e saúde da população do Rio Grande do Norte. Esse processo evidenciou a capacidade de produção dos grupos, despertando novas demandas e possibilidades de fornecimento de outros itens, a exemplo de lençóis e vestuários hospitalares, possibilitando melhorias nas condições de

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

trabalho e da renda de centenas de mulheres costureiras naquele momento de crise humanitária. No entanto, apesar dos esforços governamentais, as barreiras estruturais, como a dificuldade de acesso a capital para aquisição de volumes elevados de matéria prima, e institucionais, como a concorrência direta com médias e grandes corporações empresariais fornecedoras daqueles produtos, inviabilizou a ampliação do processo.

Foi essa a motivação de apresentação de um Projeto de lei na Assembleia Legislativa do RN, pela Deputada Isolda Dantas (PT), estabelecendo o tratamento diferenciado no acesso dos empreendimentos de economia solidária às compras do governo estadual. Aprovada e sancionada a Lei Estadual n° 11.363/2023 (Rio Grande do Norte, 2023), que criou o Programa PECES, buscou-se retomar o processo organizativo de uma Rede Solidária de Confecções, enquanto estratégia fundamental da economia solidária para superação da atomização das iniciativas, possibilitando avançar na verticalização da produção e agregação de valor aos produtos, facilitando os processos de incidência política para garantir o acesso à capacitação técnica e gerencial, além da aquisição de financiamentos, na estruturação de estratégias de produção com escala e regularidade e de organização da comercialização de seus produtos e serviços, incluindo a inserção no mercado privado e institucional, conforme Bertucci e Silva (2003).

Essa estratégia foi impulsionada em 2023, com a realização de um diagnóstico participativo com 36 iniciativas de economia solidária (grupos, associações e cooperativas) constituídas por mulheres costureiras para identificar e mensurar suas potencialidades e fragilidades técnicas, produtivas e organizativas. Para tanto, a INICIES/UFRN coordenou o processo de orientação metodológica, optando por combinar uma abordagem direta participativa que possibilitasse a reflexão conjunta sobre as questões propostas. Os resultados e análises do diagnóstico foram socializados no fim do ano de 2023 em uma atividade realizada em modo remoto, sendo o relatório sistematizado e amplamente divulgado em 2024, em eventos presenciais nos territórios e em âmbito estadual. As informações compartilhadas tinham a

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

intenção de provocar a mobilização de desejos, sonhos e estratégias concretas de enfrentamento aos desafios para aproveitar e potencializar as capacidades diagnosticadas.

De fato, o diagnóstico participativo ofereceu uma visão profunda sobre a dimensão produtiva e organizativa de 36 iniciativas de economia solidária – grupos informais, associações e cooperativas – articuladas na RSC, onde participavam cerca de 728 pessoas, sendo majoritariamente mulheres. Trata-se de iniciativas que agregam mulheres costureiras e artesãs com acúmulos de conhecimento e experiência no segmento de confecções há mais de 10 anos, expressando potencial de intercâmbios e repasse de conhecimentos (Inicies, 2024).

Entre as potencialidades identificadas no diagnóstico, destaca-se a qualificação das mulheres na produção de confecções, dado o longo tempo em que exercem as atividades de costura, acumulando experiências que se expressam na diversidade de produtos fabricados nos empreendimentos, juntando e agregando valor da costura e do artesanato. Os dados indicam que as tipologias realizadas são as mais diversas, combinando a produção de artesanato com a costura, sendo essa a atividade principal voltada a vestuário em geral, bolsas, roupa de cama, mesa e banho, acessórios e artigos de casa etc. Mesmo tendo suas produções próprias, a quase totalidade dos empreendimentos costuma prestar serviços avulsos, sobretudo para reformas de roupas e customização sob encomenda (Inicies, 2024).

Da mesma forma, verifica-se a existência de espaços físicos próprios com equipamentos que as associações possuem, possibilitando o desenvolvimento de atividades produtivas que contribuem para obtenção de renda, além de promover a convivência em grupo, sendo um incentivo para as mulheres continuarem participando e buscando alternativas para transformar a costura em renda, entre outras possibilidades e oportunidades. Quanto às máquinas e equipamentos (cerca de 170) disponíveis para o trabalho coletivo, encontram-se, em grande parte, em boas condições de manutenção e funcionamento.

No entanto, quase um terço de toda a produção é realizada no espaço doméstico, considerando a inexistência de espaço físico comum adequado e com os equipamentos localizados nas residências das mulheres costureiras. Mas esse dado indica também que as

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

mulheres não conseguem assumir a produção totalmente no espaço físico do empreendimento, quando esses existem, em razão do acúmulo de tarefas domésticas, dificultando também o enfrentamento de problemas que são coletivos.

A exemplo deste último, o diagnóstico também explicitou os problemas e demandas dos empreendimentos que precisam de uma assessoria sistemática e a realização de atividades formativas para enfrentar os desafios produtivos e organizativos, como a qualificação em modelagem, corte e costura, avançando em diversas áreas de moda e confecções, além da formação em economia solidária para afirmar os princípios e valores autogestionários.

Quanto à formalização dos empreendimentos, verificou-se que, apesar de quase todas as iniciativas serem formalizadas, constituídas e registradas como associações, apenas duas possuem natureza jurídica de cooperativa (Inicies, 2024), o que indica um fator limitante do ponto de vista comercial, considerando que as associações se diferem das cooperativas exatamente na operacionalização adequada de atividades econômicas, produtivas e comerciais. Ainda nesse quesito, embora a maior parte estivesse adimplente com suas obrigações administrativas, tributárias e financeiras, havia fragilidades na gestão. São desafios relativos à manutenção da regularização diante dos custos que envolvem esses procedimentos, incluindo a contratação de serviços contábeis, o pagamento de taxas públicas e cartoriais, o que é um limitante para organizações populares que não contam com poupança regular ou capital de giro.

Na gestão da produção, os grupos carecem de conhecimentos e habilidades mais adequadas para planejamento e controle de processos, a exemplo de: cálculo do tempo médio ou necessário para cada um dos produtos; capacidade de produção por período (diário, semana e mensal); precificação dos itens para comercialização; e cálculo da remuneração ou retirada das associadas com base no faturamento. Mesmo assim, quando acessam alguma renda dividem o valor para quem trabalhou e deixam uma parte para a manutenção da associação. Quanto às compras de materiais, são efetivadas na medida em que os tecidos e aviamentos escasseiam ou quando recebem alguma encomenda com adiantamento, considerando a inexistência de capital de giro. Como a maioria não consegue acessar linhas de crédito ou financiamento para

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

produção, fica exposta aos atravessadores do segmento de confecções que assediam permanente as associações, fornecendo material para realização de produção (em todo ou em parte) e remunerando as mulheres costureiras com valores irrisórios.

Destacam-se outros desafios preocupantes como o acesso a mercados. A quase totalidade enfrenta dificuldades na comercialização de seus produtos e serviços, sendo este um dos principais gargalos da economia popular solidária em todos os segmentos. Para enfrentar esse desafio, os empreendimentos buscam aproveitar oportunidades e diversificar as formas e espaços de comercialização com a venda direta a clientes, participando de feiras e exposições, além de constituir pequenos espaços fixos de comercialização. Não há acesso a mercados institucionais e apenas 03 empreendimentos colocam seus produtos à venda em redes sociais ou aplicativos de e-commerce (Inicies, 2024).

Em resumo, os dados indicam que, apesar de haver uma base sólida de práticas colaborativas e um potencial significativo para o fortalecimento das organizações coletivas, existem desafios críticos que precisam ser enfrentados: acesso a crédito e investimentos (capital de giro e investimentos produtivos); formação e assessoramento (administração e controle da produção, modelagem, corte e costura etc.); fortalecimento da vitalidade associativa (ampliar a participação, tempo dedicado, comprometimento individual etc.); logística, infraestrutura e equipamentos (aquisição e manutenção de máquinas, espaço próprio para as atividades produtivas, transporte etc.); e organização da comercialização.

Com base na identificação de potencialidades, fragilidades e demandas dos empreendimentos articulados na RSC, tem sido possível planejar estratégias organizativas e de incidência política, considerando a base produtiva e organizativa existente (fios e tramas). Mas não se trata apenas de soluções técnicas e gerenciais, pois existem diversas outras determinações que influenciam o desempenho dessas iniciativas econômicas solidárias, sobretudo considerando que se trata de mulheres inseridas em contextos ou ambiências caracterizados por opressões e desigualdades patriarcais de gênero.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

Artífices da Rede Solidária de Confecções: carências sociais e opressões patriarcais

O diagnóstico participativo possibilitou uma apreensão de características das mulheres costureiras participantes da RSC, havendo potencialidades aqui já destacadas, como o acúmulo de conhecimentos de gestão e longa experiência nas técnicas de costura, bem como fragilidades decorrentes das múltiplas carências que constituem o fenômeno de empobrecimento das mulheres costureiras, a exemplo das restrições de acesso e permanência no sistema de educação formal, da inserção precária em ocupações informais, com histórico de vínculos laborais descontinuados e com baixa remuneração, além de presença expressiva de mulheres em posição de principal ou única responsável pela reprodução material das suas famílias, intensificando a pressão sobre a atividade produtiva, o que requer analisar as determinações que incidem sobre a condição feminina da pobreza em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal.

Comecemos pela constatação de que mais de dois terços das mulheres da RSC se autodeclara negra ou parda, remetendo à persistência de desigualdades raciais na conformação das oportunidades de trabalho e renda. Em relação a intersecção entre gênero e raça, González (2020) destaca que, em sua maior parte, as ocupações de mulheres negras se concentram em setores manuais e de serviços, com atividade laboral caracterizada por esforço físico e baixa remuneração, sendo também as mais vulneráveis nos contextos de crises, a exemplo do que ocorreu com a Pandemia da COVID 19.

Mas a opressão do trabalho também se dá no espaço doméstico, refletindo um dado ainda mais sombrio da divisão sexual do trabalho que intensifica as relações desiguais de gênero, sendo essas mulheres responsáveis pelas tarefas domésticas em sua quase totalidade, sendo as responsáveis por cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiência. O trabalho reprodutivo fica sob a responsabilidade das mulheres e é visto como inferior ao trabalho produtivo realizado pelos homens.

As mulheres costureiras que exercem suas atividades laborais, total ou parcialmente, em suas residências, ficam expostas a tripla jornada de trabalho, sendo uma remunerada, enquanto

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

a outra – trabalho doméstico – é desvalorizada, sendo essa a forma predominante de inserção de mulheres empobrecidas na estrutura da sociedade capitalista. Como os afazeres domésticos não são reconhecidos como trabalho, por não gerarem lucros, a divisão injusta do trabalho revela uma realidade desigual, construída culturalmente, incidindo na posição social de homens e mulheres na sociedade, causando desgaste físico e mental contínuo e socialmente invisibilizado, resultado de uma enorme sobrecarga de trabalho assumido pelas mulheres. Entretanto, o gasto de energia humana (mental e física), aplicado nos dois trabalhos, não diminui por ter menos valor na sociedade patriarcal.

A sobrecarga laboral também expressa fragilidades dos empreendimentos da RSC, considerando que uma quarta parte deles não possui local próprio de produção em cooperação (oficinas organizadas com máquinas e outros equipamentos), fazendo com que as trabalhadoras produzam em suas residências, lidando de forma solitária com as tarefas domésticas e o cuidado familiar, ao mesmo tempo e no mesmo local em que desempenham o ofício da costura.

Outro destaque no perfil socioeconômico das integrantes da RSC é a vulnerabilidade econômica, considerando que mais da metade das mulheres possui renda mensal de até um salário-mínimo, sendo beneficiárias de programas de transferência de renda, com destaque para o Bolsa Família (Inicies, 2024). Ademais é importante considerar que somente um terço das mulheres participantes da RSC têm a costura como sua única atividade remunerada, de forma que a expressiva maioria de quase dois terços, precisa exercer outras atividades econômicas para complementar a renda familiar, evidenciando que o trabalho artesanal carece de valorização comercial que assegure autonomia financeira, refletindo a condição real de mulheres que compõem a "classe que vive do trabalho" (Antunes, 2018).

Dessa forma, poder-se-ia supor a expressividade das motivações relativas ao trabalho com confecções como forma de realização profissional e como alternativa de obtenção de renda (fonte complementar ou principal) para aquelas mulheres. No entanto, a inserção das mulheres costureiras nas iniciativas articuladas na RSC, transcende a necessidade de obtenção de renda, existindo outras motivações de participação nos empreendimentos que também funcionam

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

como espaço de acolhimento dessas mulheres, diante das opressões patriarcais de gênero. A convivência em grupo e a melhoria da autoestima para enfrentamento das opressões no cotidiano foram destacadas por dois terços das mulheres da Rede, indicando que o trabalho associado envolve outras dimensões existenciais, para além da econômica ou produtiva, conforme destacam Silva e Silva (2023), podendo ser espaço de relações sociais orientadas à humanização pelo trabalho, enquanto elemento fundante do ser social, de forma que: "[...] a construção de uma identidade coletiva de gênero, a partir das opressões sofridas na sociedade patriarcal instituída, é essencial para fortalecer o vínculo do trabalho com aspectos do bem-estar emocional, a partir do apoio e ajuda mútua" (Inicies, 2024, p. 16).

Esse achado do diagnóstico instiga a ampliação da análise acerca das determinações que incidem sobre a condição feminina na sociedade capitalista patriarcal, particularmente quando se trata de mulheres trabalhadoras do setor têxtil e de confecções que, historicamente, se configura como um espaço de intensa participação feminina no mundo do trabalho. Desde os processos iniciais de industrialização, as mulheres foram incorporadas às atividades de costura, bordado e confecção de vestuário, em condições precárias com baixos salários e longas jornadas de trabalho. No Brasil, esse segmento mantém forte presença de mão de obra feminina, quase sempre em posições de menor reconhecimento econômico e social, refletindo desigualdades estruturais de gênero na sociedade capitalista.

No caso específico das mulheres que compõem a Rede Solidária de Confecções, observa-se que a produção ocorre de maneira predominantemente sob demanda, com encomendas irregulares e uma variação na entrada de recursos ao longo do tempo. Nota-se a ausência de capital de giro, junto às dificuldades de acesso a mercados mais amplos e a dependência de contratos pontuais, que configuram um cenário de elevada instabilidade. A informalidade também é um traço recorrente, tanto pela inexistência de vínculos formais quanto pela fragilidade das garantias sociais associadas à atividade exercida, sobretudo quando se trata de trabalho domiciliar, frequentemente adotado como estratégia para conciliar produção e responsabilidades familiares, com a sobreposição entre os espaços produtivo e reprodutivo.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

Tais elementos delineiam uma inserção produtiva caracterizada pela intermitência e pela vulnerabilidade econômica, na qual a renda não apresenta regularidade suficiente para assegurar previsibilidade no planejamento familiar, e a atividade depende em sua maioria da capacidade individual de organizar encomendas, administrar prazos e buscar oportunidades de comercialização. Ao mesmo tempo, a ausência de proteção social vinculada ao trabalho amplia a exposição a riscos, sobretudo em situações de adoecimento, queda na demanda ou dificuldades pessoais que impeçam a continuidade da produção.

A compreensão dessas condições, contudo, demanda ultrapassar a dimensão descritiva e firmar que a precariedade observada não pode ser analisada como resultado de escolhas individuais ou de insuficiências organizativas isoladas. Nota-se que a forma de inserção dessas mulheres no trabalho está relacionada a determinações históricas e estruturais que conformam o lugar socialmente atribuído ao trabalho feminino. Tal realidade expressa dinâmicas complexas articulando uma consubstancialidade das relações sociais de gênero, classe e raça, conforme analisa Kergoat (2010), considerando que essas dimensões não estão separadas, mas se constituem mutuamente e de maneira simultânea, como um "tecido único" de relações sociais que se produzem e se transformam conjuntamente, marcando as posições sociais dos sujeitos e estruturando as desigualdades.

Faz-se necessário também considerar que as transformações ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho alteraram as formas de inserção produtiva da classe trabalhadora no processo de reestruturação produtiva, articulado à expansão do neoliberalismo. Intensificou-se a flexibilização das relações laborais, ampliou-se a terceirização e fragmentaram-se vínculos antes estruturados sob contratos formais. Conforme analisa Antunes (2018), consolida-se uma nova morfologia do trabalho, marcada pela instabilidade, pela intermitência e pela disseminação de modalidades desprotegidas de ocupação. Assim, "A força de trabalho vem oscilando cada vez mais entre a perenidade de um trabalho que se reduz, intensificado em seus ritmos e desprovido de direitos, e uma superfluidade crescente, geradora de trabalhos mais precarizados e informalizados" (Antunes, 2018, p. 88).

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

Importa observar que essas características do trabalho flexível, instável e informal, sempre estiveram presentes nas atividades tradicionalmente exercidas por mulheres que ocupam posição específica na estrutura capitalista, marcada pela desvalorização e sobreposição com responsabilidades reprodutivas, de forma que a chamada "nova morfologia do trabalho", generaliza características que, no caso feminino, constituem traço histórico (Antunes, 2018).

Tal discussão requer a análise da divisão sexual do trabalho enquanto categoria estruturante das relações sociais. Kergoat (2009) define essa divisão como princípio organizador que distribui atividades, responsabilidades e posições entre homens e mulheres enquanto uma relação social que produz desigualdades duradouras e orienta a inserção diferenciada no mercado de trabalho: "Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo" (2009, p. 67). Destarte, a associação histórica das mulheres ao trabalho doméstico e ao cuidado consolidou a ideia de que determinadas competências seriam inerentes ao feminino. O predomínio de mulheres nas atividades de costura e confecção, expressa justamente essa lógica de distribuição social das atividades, na qual determinados tipos de trabalho são historicamente associados ao feminino.

Hirata (2007) observa que essa naturalização esconde o caráter socialmente construído dessas habilidades e contribui para sua desvalorização econômica, de forma que as atividades vinculadas ao cuidado, à assistência e à organização do espaço doméstico passam a ser vistas como extensão de atribuições privadas, mesmo quando realizadas no mercado. Além disso, a ampliação da participação feminina no trabalho remunerado não altera estruturalmente essa divisão, pois continuam concentradas em atividades marcadas por menor remuneração, maior rotatividade e menor proteção social, de forma que essas "características historicamente associadas a ocupações femininas, e mais especificamente ao trabalho doméstico, parecem hoje estar no cerne do que vem sendo denominado flexibilização do trabalho" (Abílio, 2014, p. 71).

Quanto ao trabalho reprodutivo, responsável pela manutenção cotidiana da vida e pela reprodução da força de trabalho, permanece majoritariamente sob responsabilidade feminina, que, embora seja condição para a existência da produção mercantil, não recebe reconhecimento

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

equivalente na lógica econômica. Tal articulação torna-se particularmente visível em atividades realizadas no próprio espaço doméstico, como ocorre em parte da produção desenvolvida pelas mulheres da Rede, nas quais as fronteiras entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares tendem a se diluir.

A análise do trabalho feminino no capitalismo, portanto, exige considerar essa divisão sexual do trabalho como elemento estruturante, da compreensão de que desigualdades de gênero não decorrem de escolhas individuais e trajetórias isoladas, por resultarem de uma organização social que distribui de maneira desigual responsabilidades, reconhecimento e proteção. É compreendendo essa divisão, que se pode afirmar que o trabalho das mulheres no capitalismo é parte constitutiva da própria lógica de acumulação. Para Hirata (2007), a flexibilização e a instabilidade não atingem homens e mulheres da mesma forma, por incidirem sobre uma base previamente estruturada pela responsabilização feminina pelo trabalho reprodutivo. A "capacidade de adaptação" das mulheres a jornadas fragmentadas, produção domiciliar ou remuneração por tarefa está vinculada a estes fatores, estando socialmente determinado desde a primeira infância.

Federici (2015) aprofunda essa compreensão ao evidenciar que o capitalismo depende da apropriação não remunerada do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por mulheres, de forma que a manutenção cotidiana da vida, a formação e a reposição da força de trabalho constituem condição para sua continuidade, e a desvalorização desse trabalho reduz os custos sociais da produção e amplia as margens de acumulação, desde os seus primórdios: "uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a 'raça' e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno" (Federici, 2015, p. 119).

Em relação a esse aspecto, Saffioti (2013) aponta que a exploração das mulheres no capitalismo articula-se à dominação patriarcal, produzindo um sistema no qual gênero e classe operam combinadamente. Portanto, a inserção feminina em atividades menos valorizadas e mais vulneráveis decorre de um arranjo estrutural que necessita da desigualdade para se

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

sustentar. Ou seja, a desigualdade de gênero, nesse contexto, não é algo a ser superado espontaneamente pelo desenvolvimento econômico, pois faz parte da dinâmica de acumulação, de modo que, o trabalho das mulheres na sociabilidade capitalista, continua marcado por instabilidade, desvalorização e sobrecarga, enquanto parte constitutiva de seu funcionamento.

Ao observar a realidade concreta das mulheres da RSC, percebe-se que a ausência de proteção social vinculada ao trabalho, a dependência de encomendas irregulares e a sobreposição entre espaço doméstico e espaço produtivo, reiteram a histórica associação entre feminino e precarização do trabalho. Por isso mesmo, a proposta de uma Rede Solidária de Confecções precisa se constituir como estratégia de transformação das relações sociais marcadas pelas desigualdades patriarcais de gênero, indo além da produção de confecções, orientada para a conquista da autonomia econômica e da justiça social, utilizando-se de estratégias de economia popular solidária.

Tramando sonhos e costurando rede: a que será que se destina?

O processo de constituição e desenvolvimento da Rede Solidária de Confecções nasce do ensejo de cultivar e fortalecer páticas e valores da economia solidária a partir da realidade de grupos de mulheres costureiras e artesãs de vários territórios do Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva, a RSC é concebida, constituída e organizada a partir do entendimento de que se trata de uma estratégia de emancipação das mulheres, valorizando o trabalho associado, a cooperação e a autogestão no segmento de confecções.

Dessa forma, apesar da importância do acesso ao Programa PECES, viabilizando melhores condições de produção e de remuneração das mulheres, o principal resultado que se pretende alcançar com a constituição e sustentabilidade da RSC, é promover o encadeamento dos elos constituídos pelas iniciativas associativas constituídas por mulheres em situação de vulnerabilidade social, enquanto uma estratégia de enfrentamento das condições de subordinação e subalternidade na cadeia de valor do setor têxtil e de confecções.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

Importa destacar que essas mulheres costureiras estão expostas a um alto nível de exploração advindo das relações que estabelecem direta e indiretamente com intermediários comerciais de médias e grandes indústrias de confecções no estado do RN. A exploração induz à condição de subalternidade e subordinação que se estabelece na cadeia produtiva, estruturada de forma piramidal, reproduzindo as condições de precariedade do trabalho e das condições de vida. Mulheres nessas condições tem uma baixa participação no volume das vendas realizadas e nos resultados econômicos alcançados, sendo dependentes de grandes empreendimentos industriais. Ao viabilizar uma estratégia de rede de cooperação, é possível construir alternativas de produção e abrir novas oportunidades de comercialização de produtos com maior autonomia, permitindo ampliar a renda obtida em melhores condições de trabalho.

Sob essa perspectiva, quando se afirma a Economia Solidária como um modo alternativo de produção, consumo e distribuição de riquezas (Singer, 2002), é por estruturar-se a partir da valorização do ser humano em sua integralidade, valorizando a organização do trabalho coletivo cooperado e autogestionário, buscando construir relações de superação do contexto de desigualdade e hierarquia que caracteriza as relações sociais no capitalismo: "[...] no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado" (Singer, 2002, p. 115).

Ao conceber a Economia Solidária como alternativa ao capitalismo, trata-se da sua realidade, onde a propriedade dos bens materiais e da riqueza social produzida é coletiva ou associada, e por carregar, no cerne das suas relações, outro conjunto de princípios, os quais buscam o exercício da autogestão, cooperação, solidariedade, democracia, participação e decisão coletiva, de forma que, na economia solidária, a valorização do trabalho associado está orientada à superação da subalternidade em relação ao capital. É a partir dessa compreensão que se busca potencializar uma tecnologia social de redes de colaboração solidária que "passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas" (Mance, 2002, p. 8).

Dessa forma, o foco da Rede Solidária de Confecções tem sido o de planejamento e organização coletiva das dezenas de iniciativas articuladas em rede para mediar a demanda produtiva material desse circuito, mediante viabilidade econômica e sustentabilidade. O ponto de partida é a base material e organizativa já existente, considerando que os empreendimentos articulados em rede já se organizavam e construíam alternativas de trabalho nos seus territórios, acessando mercados de proximidade (circuitos curtos de comercialização), embora em pequena escala e, muitas vezes, a partir de uma lógica informal nas relações que estabelecem.

A possibilidade de acesso ao Programa Estadual de Compras da Economia solidária - PECES exige o redimensionamento organizativo e produtivo, dada a necessidade de produzir em maior quantidade (escala), com regularidade e qualidade dos produtos para atender mercados mais exigentes quanto a padrões pré-determinados, como é o caso de vestuário hospitalar. Portanto, essa nova configuração tem exigido o processo formativo, organizativo, político e técnico das mulheres da RSC.

O processo formativo se apresenta como estratégico na RSC, com a finalidade de, por meio do acesso a conhecimentos técnicos e de informações estratégicas no segmento de confecções, possa-se estimular a auto-organização e a participação ativa das mulheres, para trilhar o caminho dos desafios rumo à concretização do que está previsto no âmbito do PECES. Para viabilizar esse processo, foram desenvolvidos esforços próprios das organizações parceiras da RSC para viabilizar as ações necessárias para a construção orgânica da Rede, com a realização de espaços de articulação, mobilização e formação, sobretudo a partir dos instrumentos de mediação tecnológica de comunicação (atividades com transmissão *on line*).

Essas iniciativas decorrem das adaptações realizadas nos momentos mais graves da Pandemia da Covid 19, em que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) passaram a desempenhar papel central na mediação de atividades profissionais, educativas e organizativas (Melo, 2023), evidenciando a crescente incorporação dessas ferramentas nos

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

processos de trabalho e de interação social. Diante desse cenário sociotécnico, tornou-se possível adaptar a realização de processos em formato híbrido, combinando encontros virtuais e presenciais, como estratégia de fortalecimento da organização coletiva.

Fruto desse processo, tem avançado a constituição e a estruturação da Rede Solidária de Confecções, sobretudo a partir de 2024, quando foram realizados encontros territoriais e Seminários Estaduais da RSC, contando com a participação de representações dos empreendimentos dos diversos arranjos territoriais, o que possibilitou a formação de um Núcleo Animador da RSC, composto por mulheres com a missão de gestar, articular, mobilizar, animar e organizar os processos em Rede, tendo atuação e representação política direta junto aos órgãos públicos, empresas privadas e organizações da sociedade civil. Em 2025, foi aprovada a Carta de Princípios da RSC que se constitui em um documento norteador que define o que é a Rede, suas finalidades, princípios, organicidade, compromissos e a direção política que assume enquanto uma estratégia de economia solidária no enfrentamento às desigualdades sociais, da violência contra a mulher, da exclusão econômica e da precarização do trabalho.

No âmbito da incidência política pode-se destacar a emissão do Decreto Estadual nº 33.913, de 29 de agosto de 2024, que regulamenta a Lei Estadual nº 11.363/2023, criando o Comitê Gestor do PECES, enquanto órgão deliberativo na implementação e gestão das ações do Programa. A Rede Solidária de Confecções tem assento no Comitê Gestor, sendo representada por 02 mulheres escolhidas entre as que compõem o Núcleo Animador da Rede. Na sequência, em 2025 foi emitido pela SETHAS/RN juntamente com a Secretaria Estadual de Administração – SEAD/RN, o Edital n.º 132/2025, de credenciamento e habilitação de empreendimentos de economia solidária do setor têxtil e de confecções que pretendem atender demandas de compras dos órgãos públicos estaduais. Essas conquistas resultam do esforço organizativo da RSC e das estratégias de incidência política, abrindo espaços de participação na elaboração de procedimentos e critérios de acesso às compras governamentais.

Outras conquistas relevantes da RSC ocorreram no acesso a fontes de recursos públicos para estruturação e funcionamento da Rede, contando com apoio decisivo do Ministério do

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

Desenvolvimento e Assistência Social, da Família e do Combate à Fome que celebrou Termo de execução Descentralizada com a UFRN com aquele objetivo. Da mesma forma, a SETHAS/RN executa uma emenda parlamentar da Deputada Estadual Divaneide Basílio (PT) que possibilita a atuação de educadoras populares nos territórios onde está organizada a Rede. Mais recente, foi aprovado um projeto mais estruturante e de médio prazo, por meio da participação em Edital Público da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, com a celebração de Termo de Fomento com a Cáritas Diocesana de Caicó para apoio aos processos produtivos, de comercialização e organizativos da Rede.

O envolvimento do Núcleo Animador da RSC tem sido constante e fundamental em todos esses processos, de modo que discutem as parcerias, a destinação dos recursos e se apropriam do processo, exercendo também o controle social. Essa participação ativa tem orientado os processos visando o alcance de resultados que podem alterar a realidade das mulheres organizadas na Rede, de modo que as associações e cooperativas de mulheres da RSC possam estar aptas a acessar o tratamento diferenciado nas compras governamentais e alcançar outros mercados para seus produtos e serviços, com o aproveitamento da base produtiva já constituída e aperfeiçoamento dos aspectos organizativos e de gestão.

Quanto aos desafios que permanecem, destaca-se a não efetivação, até o momento, das compras governamentais no âmbito do PECES, apesar dos anúncios e da criação de instrumentos institucionais necessários a essa finalidade, pelo Governo do Estado do RN. Os obstáculos refletem limites financeiros do ente governamental estadual, mas também as barreiras normativas, considerando a legislação superior que rege as licitações, compras e contratações no serviço público, orientada por sistemas rígidos de controle de acesso e níveis elevados de exigência que impedem, ainda, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao mercado institucional.

Mas os desafios também são internos à própria RSC, seja aqueles de ordem estrutural, como por exemplo o acesso a volume elevado de recursos para aquisição de material (tecidos e aviamentos em larga escala e a preços competitivos) para produção de vestuário, bem como nos

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

aspectos organizativos, de regularização dos empreendimentos para atender exigências legais. A título de exemplo, recentemente ocorreu a negação de credenciamento no PECES de alguns empreendimentos da RSC porque em seus estatutos não havia a previsão de produção e comercialização de produtos têxteis e de confecções, bem como não havia vinculação de seus respectivos Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica – CNPJ àquelas atividades, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Ademais, há questionamentos sobre a possibilidade de comercialização com organizações do tipo associação, considerando seus limites no Código Civil brasileiro.

Esse conjunto de desafios externos e internos tem sido pauta de discussão e debates nos espaços da RSC, enquanto sujeito político coletivo, de modo que a construção das alternativas e estratégias deverá ser fruto de um processo de consciência coletiva, construindo ao mesmo tempo a autonomia e o protagonismo das mulheres, conforme orientado na abordagem da pesquisa-ação que orienta as ações da Incubadora INICIES.

Considerações finais

A Rede Solidária de Confecções é uma expressão da força organizativa de mulheres costureiras e artesãs que valorizam sua arte e buscam, através de uma estratégia organizativa em rede de cooperação, construir oportunidades para viabilizar seus processos produtivos e acessar mercados para seus produtos e serviços no segmento de confecções, resultando em melhores condições de vida, com a valorização do trabalho e obtenção de renda.

Já tem pelo menos cinco anos em que essa história vem sendo construída por centenas de mulheres potiguares, com alguns resultados positivos desse processo, com destaque para uma base normativa e organizativa conquistada, mas que, em contrapartida, significam e trazem muitos e novos desafios para essas mulheres, suas organizações associativas e para as instituições parceiras.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

Assim, tecer os fios da história coletiva da Rede Solidária de Confecções tendo como horizonte a construção da autonomia das mulheres costureiras, tem sido um percurso marcado por aprendizados coletivos na identificação de oportunidades e na análise e enfrentamento de desafios, o que implica na necessidade permanente de reorientação das ações, uma vez que essa experiência se configura como uma construção social em permanente processo. Nesse contexto, sua continuidade tem sido possível por estar profundamente permeada pela perspectiva emancipatória da Educação Popular, articulada aos princípios e práticas da economia solidária, possibilitando a construção de um sujeito político dotado de autonomia, capaz de tomar decisões e de orientar suas ações.

Esse processo também desafia e possibilita aprendizados à extensão universitária de caráter popular, possibilitando o encontro com o ensino e a extensão, de modo a reafirmar, mais uma vez, que a construção de conhecimentos ultrapassa os limites institucionais e se realiza plenamente em diálogo direto com os sujeitos inseridos na concretude da realidade social. Nesse sentido, as incubadoras universitárias desenvolvem um importante trabalho junto a parcelas da população que são historicamente exploradas e marginalizadas, contribuindo para a organização e o fortalecimento de iniciativas emancipatórias. Esse processo ocorre, sobretudo, por meio de práticas formativas sistemáticas e assessoramento técnico e de gestão, orientadas para a emancipação dos sujeitos envolvidos, contemplando dimensões políticas, culturais, éticas e técnicas, neste caso, constituindo uma tecnologia social de organização em rede de cooperação solidária.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem:** o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. E-book.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves. **20 anos de Economia Popular Solidária**: dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Estadual nº 11.363**, **de 17 de janeiro de 2023.** Institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Natal, 2023.

DAGNINO, Renato. A capacidade de governar e a economia solidária. **A Terra é Redonda**. Publicado em 14 de abril de 2025. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-capacidade-de-governar-e-a-economia-solidaria/ Acesso em: 20 abr. 2026.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2015

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INICIES – Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários (Org.). **Relatório do Diagnóstico Participativo da Rede Solidária de Confecções**. Natal: INICIES, 2024.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena [et al.] (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**. Curitiba: IFiL, 2002.

MELO, Cleomar Jamyson da Silva. **Serviço social na saúde e tecnologias da informação e comunicação no contexto pandêmico**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº. 11.363, de 17 de janeiro de 2023**. Instituiu o Programa Estadual de Compras Governamentais da Economia Solidária - PECES, estabelecendo que, no mínimo, 30% (trinta por cento) da aquisição de produtos e contratação de serviços do setor têxtil e de confecção para atender às demandas dos órgãos públicos estaduais, deverá ser correspondente a produtos ou serviços oriundos de empreendimentos da economia solidária. Ntal, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira. **Vinte anos de compras da agricultura familiar**: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília: Ipea, 2023.

SILVA, Ronalda Barreto; SILVA, Roberto Marinho Alves da. Economia Solidária: a utopia militante do trabalho associado e da autogestão para Paul Singer. *In*: ZART, L. L. (Org.). **Realidades brasileiras:** teorias e práticas sociais libertadoras. Cáceres: Editora UNEMAT, 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002
.

Recebido: 08.05.2026

Aceito: 10.08.2026

Publicado: 03.11.2026

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0

Revista Extensão & Cidadania, v. 14. n. 25, p. 189-214, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19391
ISSN 2319-0566